

O ENSINO DAS LÍNGUAS VIVAS NAS AULAS DE COMÉRCIO

RESUMO

O presente artigo é parte da dissertação de mestrado intitulada *O Papel do Ensino de Língua Inglesa na Formação do Perfeito Negociante (1759-1846)*, defendida em 2012, através do Programa de Pós Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe (PPGL-UFS). O objetivo principal deste trabalho é observar o ensino de línguas vivas nas Aulas de Comércio à luz de pensadores ilustrados como John Locke (1632-1704) e Luiz Antonio Verney (1713-1792) no cenário da necessidade portuguesa de aparelhar seus homens de negócio com as habilidades próprias da atividade comercial. A partir de levantamento bibliográfico e análise de conjunto documental composto por algumas peças legislativas, periódicos e compêndios, foram observadas manifestações do ensino de línguas estrangeiras nas Aulas de Comércio durante a ascensão das línguas vivas e o conseqüente declínio do Latim. Um dos resultados proporcionados pelo estudo é a verificação do ensino de língua francesa nas Aulas de Comércio portuguesas antes da língua inglesa ter sua relevância sacramentada. As Aulas de Comércio da Cidade do Porto são exploradas como retrato de como se deu o ensino de línguas vivas no contexto pesquisado.

Palavras-chave: Ensino de línguas. Aulas de Comércio. Ilustração portuguesa.

THE ROLE OF ENGLISH LANGUAGE TEACHING IN THE PERFECT TRADER'S EDUCATION (1759-1846)

ABSTRACT

This paper is part of the master's thesis entitled "The Role of English Language Teaching in the Perfect Trader's Education (1759-1846)", defended in 2012, through the Postgraduate Program in Languages of the Federal University of Sergipe (PPGL-UFS). The main objective of this work is to observe the teaching of modern languages along with the Portuguese School of Commerce in the light of illustrated thinkers such as John Locke (1632-1704) and Luiz Antonio Verney (1713-1792) in the scenario of the Portuguese need to equip their businessmen with the skills of commercial activity. From a bibliographical survey and analysis of a documentary set consisting of some pieces of legislation, periodicals and compendiums, manifestations of the teaching of foreign languages were observed in the School of Commerce during the rise of modern languages and the consequent decline of Latin. One of the results provided by the study was the verification of French-language teaching in Portuguese School of Commerce before English language had had its sacramental relevance. The School of Commerce in the City of Porto is explored as a picture of how the teaching of modern languages in the researched context was given.

Keywords: Language teaching; Portuguese School of Commerce; Portuguese illustration.

LA ENSEÑANZA DE LAS LENGUAS VIVAS EN LAS CLASES DE COMERCIO

RESUMEN

El presente artículo es parte de la tesis de maestría titulada *O papel do Ensino de Língua Inglesa na Formação do Perfeito Negociante (1759-1846)*, defendida en 2012, a través del Programa de Postgraduación en Letras de la Universidad Federal de Sergipe (PPGL-UFS). El objetivo principal de este trabajo es observar la enseñanza de lenguas vivas en las Clases de Comercio a la luz de pensadores ilustrados como John Locke (1632-1704) y Luiz Antonio Verney (1713-1792) en el escenario de la necesidad portuguesa de equipar a sus hombres de negocios con las habilidades propias de la actividad comercial. A partir de levantamiento bibliográfico y análisis de conjunto documental compuesto por algunas piezas legislativas, periódicos y compendios, se observaron manifestaciones de la enseñanza de lenguas extranjeras en las Clases de Comercio durante el ascenso de las lenguas vivas y la consiguiente declinación del Latín. Uno de los resultados proporcionados por el estudio es la verificación de la enseñanza de lengua francesa en las Clases de Comercio portuguesas antes que la lengua inglesa tenga su relevancia sacramentada. Las Clases de Comercio de la Ciudad de Oporto son exploradas como retrato de cómo se dio la enseñanza de lenguas vivas en el contexto investigado.

Palabras clave: Enseñanza de idiomas; Clases de Comercio; Ilustración portuguesa.

L'ENSEIGNEMENT DE LANGUES VIVANTES DANS LES CLASSES DE COMMERCE

RÉSUMÉ

Cet article est une partie de la dissertation du master intitulée "La fonction de l'enseignement de la langue anglaise dans la formation du parfait marchand", défendue en 2012, dans le Programa de Pós Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe (PPGL-UFS). L'objectif principal de ce travail est d'observer l'enseignement de langues vivantes dans les classes de commerce en se basant sur les penseurs des Lumières comme John Lock (1632-1704) et Luiz Antonio Verney (1713-1792), lorsque Portugal avait le besoin d'équiper ses hommes d'affaires avec les habilités en ce qui concerne l'activité commerciale. À partir d'une collecte de données bibliographiques et d'analyse d'ensemble de documents composé pour quelques législations, périodiques et compendiums, ont été observées des manifestations d'enseignement de langues étrangères dans les Classes de Commerce pendant l'ascension des langues vivantes et conséquente déclin du latin. Un des résultats de cette étude est la vérification d'enseignement de langue française dans les Classes de Commerce portugaises avant la langue anglaise avoir son importance consacrée. Les Classes de Commerce de la ville de Porto sont exploitiée comme une image de l'enseignement de langues vivantes dans le contexte recherché.

Motes-clés: Enseignement de langues; Classes de Commerce; Lumière Portugaise

INTRODUÇÃO

As principais reformas empreendidas pela figura revolucionária do Marquês de Pombal concentraram-se no campo da instrução. Dentre elas, encontra-se a criação das Aulas de Comércio (1759). Tais Aulas consistiram basicamente em aulas sobre aritmética, câmbio, pesos, medidas, seguros e métodos de escrever livros ou partidas dobradas. Além das aulas sobre gestão e as rotinas mercantis, o ensino de línguas estrangeiras deu seus primeiros passos com a finalidade de viabilizar transações comerciais, tradução de textos, redação de cartas de mercância, apólice de seguros, entre outros.

A conjuntura portuguesa dentro do contexto mercantil e do interesse de construção de um Estado português moderno, após o Terremoto de Lisboa (1755), levantou a necessidade portuguesa de alinhar-se ao pensamento e práticas existentes nos seus vizinhos. Em busca de um cenário favorável para que as habilidades profissionais ganhassem maior atenção visando incrementar o capital e evitar os prejuízos portugueses frequentes, tanto por suas inabilidades com métodos de gestão e registro de caixa quanto por dominarem muito pouco a língua dos seus parceiros econômicos. Seguindo essa ideia de aperfeiçoar a mão de obra responsável pela principal atividade econômica portuguesa, o Marquês de Pombal recomenda o ensino de línguas vivas.

ENSINO DE LÍNGUAS E O PENSAMENTO ILUSTRADO

Grandes pensadores ilustrados como Luiz Antonio Verney¹ (1746) e Jonh Locke (1779) já reconheciam a importância do ensino de línguas estrangeiras modernas. Enquanto discutia sobre a gramática vernácula, Verney (1746, p. 5-6) menciona rapidamente a acessibilidade proporcionada pelo conhecimento de outra língua. Como exemplo ele cita os romanos. Ao contrário dos gregos, que preferiam não comprometer a força de sua língua e evitavam aprender outros idiomas, os romanos buscaram aprender a língua grega e assim aperfeiçoarem-se em temas como Matemática, Filosofia e Belas Letras.

A respeito da educação dos menores, Locke (1779, p. 233-234) apresenta um extenso roteiro de sugestões de que matérias devem ser ensinadas. Observa-se, dentre suas indicações, o aprendizado de outras línguas. Ele afirma no §162 de sua obra *Some Thoughts Concerning Education* que “quando o menino sabe falar sua língua materna, é tempo de ensinar-lhe alguma outra língua”². Locke segue dando graus de importância às línguas estrangeiras, ordenando primeiro o ensino do Francês no caso dos ingleses e depois o Latim. O autor recomenda o aprendizado de uma língua estrangeira viva como conhecimento “indispensável para o negócio, para o comércio e para os assuntos da vida”³.

De passagem, vale comentar acerca das recomendações iluministas de realocamento da indicação do estudo de línguas. Assim como fez Locke, outros ilustrados reconheceram que o Latim já não atendia a necessidade dos propósitos iluministas de secularização e de formação de recursos humanos úteis. Além disso, o Latim, como “língua verdade”, “estava imbuída de um impulso largamente estranho ao nacionalismo”, ou seja, evitava a ascensão do *status* da língua da pátria em detrimento da língua sagrada, e por outro lado ainda impedia que outras línguas recebessem maior atenção (ANDERSON, 2008, p. 42).

Em seu estudo sobre o aparecimento da escola moderna, Hilsdorf (2006, p. 158-159) discorre sobre alguns detalhes das escolas populares elementares entre os séculos XIV e XV. Ao tratar da educação profissional nessas escolas urbanas, a autora aponta indícios do ensino de contabilidade e correspondência comercial desligado de teologia e Latim. Ainda para a época da passagem do período medieval para o início dos tempos modernos, ela afirma que

Nessas cidades onde os mercadores e artesãos eram tão importantes, não havia muito o interesse em promover a disseminação da gramática latina e das artes liberais: isto era assunto dos mestres das instituições religiosas (escolas monásticas, paroquiais e episcopais), dos mestres-livres e dos humanistas que abriam cursos privados de gramática, além dos professores e repetidores das faculdades

de artes. Para elas, o ensino mais necessário era, antes, aquele que preparava o trabalho para numa casa comercial, num banco ou num tabelionato, e foi na contratação de professores para estes saberes que se concretizou o bom governo das cidades.

Embora o ensino comercial encarasse como fundamental o afastamento do Latim e do pensamento eclesiástico na formação do grupo mercantil, pode-se dizer que parte considerável dos requisitos para o bom negociante estavam ainda atrelados a características dos princípios religiosos da *Postilla de Commercio* (1817), conforme recupera Chaves (2006, p. 4327), em trecho que destaca valores como boa conduta e retidão no desempenho dos negócios:

Os predicados de que se forma a estimação do comerciante são: a verdade, a boa fé, a pontualidade, a prudência, a economia, a aplicação ao negócio, a inteligência do negócio mercantil e a exatidão dos seus livros de contas. O conjunto dessas virtudes forma o maior crédito, e a menor falta em algumas delas o diminui: desta nasce o prejuízo dos negociantes, a sua ruína, e o dano geral da sociedade.

A valorização das línguas vivas em ascensão foi impulsionada a partir da revolução protestante, a qual “destruiu o Latim como *língua franca* internacional e ajudou a promover a rivalidade entre as línguas nacionais da Europa”⁴ (HOWATT, 1984, p. 102). Independente da rivalidade entre os vernáculos causada pelo desuso da língua latina, deve-se ainda reconhecer que foi o modelo das gramáticas latinas que proporcionou uma primeira estruturação do ensino das línguas vivas, como se verá no próximo capítulo.

Voltando à importância das línguas estrangeiras modernas para o comércio português, vê-se que o próprio Sebastião José de Carvalho e Melo, no período anterior ao título de Marquês e antes de tornar-se o braço forte do gabinete, já havia atentado para os possíveis impedimentos para o comércio diante da língua inglesa. Ele observou o caso prático de encomendas,

embarque e desembarque de mercadorias nos portos portugueses:

Para carregarem os navios portugueses para a generalidade de nossos mercadores, seria necessário haver aqui outro igual ou grande número de correspondentes⁵ que os comunicassem, assim como é a mesma proporção que os mercadores de Inglaterra para sustentar entre nós o comércio necessitam de grande número de commissarios, que estabeleceram por todo o Portugal e Ilhas adjacentes. Não basta que haja em Portugal quem faça encomendas; he necessario que respectivamente hava em Inglaterra quem as avie e informe dos interesses e oportunidades para ellas primeiro se pedirem e depois se despacharem (MELO, 1986, p. 57-58).

Sabe-se que, do aperfeiçoamento dos comerciantes dependia o desenvolvimento do setor de comércio português. Assim, interessava a Pombal aparelhar os homens de negócio com noções das línguas estrangeiras que fossem úteis na realização de transações comerciais, em especial a língua inglesa, devido à longa aliança comercial entre Inglaterra e Portugal.

Apesar de aconselhada e reconhecidamente necessária, a criação da Aula de Comércio, em 19 de maio de 1759, não previa até então o ensino de línguas estrangeiras modernas. Observa-se, porém, a abertura de uma Aula Francesa em 18 de Maio de 1761 pelo Marquês de Pombal. Segundo Francisco Santana (*apud* RODRIGUES, GOMES & CRAIG, 2003, p. 11), essa aula pretendia fazer o aperfeiçoamento do Francês dos alunos, devendo tais estudos acontecerem nas tardes que ficavam livres e após a aprendizagem dos elementos básicos. A língua deveria ser praticada nas matérias pertencentes à Aula de Comércio. Entretanto, essa aula foi extinta em 1765.

De certa forma surpreende observar que, diante do volume de negociações comerciais mantidas com a Grã-Bretanha, a língua francesa tenha sido escolhida para ser ensinada como língua estrangeira nas aulas oficiais oferecidas no início da Aula de Comércio. Acre-

dita-se que a razão para tanto tenha sido baseada na convenção tradicional da leitura de clássicos de autores célebres em Francês (OLIVEIRA, 2006, p. 43), ou simplesmente tenha sido um reflexo da resistência ao estrangeiramento por parte de uma sociedade portuguesa deveras receosa depois de tratados nem sempre proveitosos para Portugal:

É curioso que se tenha aberto uma Aula Pública da Língua Francesa para os Aulistas da Aula de Comércio, e não da Língua Inglesa, idioma falado pelo país com o qual Portugal mantinha mais relações comerciais, principalmente quando se leva em conta que a principal justificativa da publicação da primeira Gramática Inglesa escrita em português de que se tem notícia, conforme as palavras do autor no prefácio, era o seu “great Use in Commerce”, isto é, sua grande utilidade no Comércio. Trata-se da Grammatica anglo-lusitanica & lusitano-anglica ou “Grammatica Nova, Ingleza e Portugueza, e Portugueza e Ingleza; dividida em duas partes”, a primeira para a “instrução dos Inglezes que desejarem alcançar o conhecimento da Lingua Portugueza” e a segunda “para o uso dos Portuguezes que tiverem a mesma inclinação a Lingua Ingleza” (OLIVEIRA, 2008, p. 10).

Não obstante a língua francesa ter sido preferida neste primeiro momento, uma vez que ainda estava em evidência no cenário comercial global europeu, as primeiras Aulas de Comércio notabilizaram-se por destacar cada vez mais em sua fundamentação a importância do ensino das línguas estrangeiras para a instrução comercial. Cabe mencionar, como exemplo, o caso da oração de abertura do quinto curso de Aula de Comércio proferido por Alberto Jacqueri de Sales a 21 de Agosto de 1776, recuperado por Ribeiro (1872, p. 278). Nele, enquanto defendia a importância da “sciencia do commercio”, o Lente⁶ aponta mais uma vez o ensino de línguas, nesse caso a francesa, como um dos benefícios do estabelecimento de tais Aulas. Segundo Jacqueri, “depois de estabelecida a Aula, não só as Con-

tadorias da Fazenda, senão também os escriptorios dos negociantes puderam recrutar escriptores habéis; melhorou-se também a fôrma da letra; e adquiriu-se o conhecimento da Lingua Franceza”.

Alberto Jacqueri de Sales⁷ foi o segundo lente da Aula de Comércio de Lisboa, além de ter sido cavaleiro da ordem de Cristo em 1771. Foi também o responsável pela tradução do mais famoso dicionário de comércio: *Dictionnaire universel du commerce, d'histoire naturelle et des arts et métiers*, o qual foi editado pela primeira vez no início do século XVIII, entre 1723 e 1730 por Jacques Savary des Bruslons. De acordo com Chaves (2006, p. 163), o dicionário produzido por Jacqueri não se tratou simplesmente de uma tradução da obra francesa, pois foi na verdade uma “adaptação daquela obra às condições econômicas e comerciais de Portugal, contendo, em seus quatro volumes manuscritos, regras gerais do comércio interno e, principalmente, externo”. Adaptações de obras famosas eram um procedimento comum à época se considerarmos o volume de obras dessa natureza.

Do verbete “Aula de Commercio”, colhido do *Dicionario de commercio* organizado pelo referido lente entre 1761 e 1765, pode-se reforçar a ideia da necessidade da língua estrangeira acusada pela Junta de Comércio. Ao referir-se à “Aula Publica de Lingua Franceza”, Alberto Jacqueri de Sales (s.d., p. 215) credita a escolha da língua francesa entre as línguas vivas, “entendendo ser a Franceza geralmente fallada na Europa”. Ele segue descrevendo a Aula e menciona a nomeação de “Abbade” Carlos Francisco de Garnier como lente da língua francesa. Entretanto, como já foi colocado, ficaria sob sua responsabilidade também aulas sobre “Elementos da Geografia, como sciencia summamente necessaria aos homens de negocio” para os “Discipulos admittidos na Aula de Commercio, e as mais pessoas que se quiserem aproveitar destas gratuitas licoens”.

Acerca da adoção da língua francesa para dar início ao ensino de línguas estrangeiras modernas nas Aulas de Comércio, observa-se, a partir da trajetória do Marquês de Pombal, que o Francês era a língua da diplomacia, da moda e da literatura naquela época. Portanto, foi escolhida por Pombal, que, como diplomata e homem ilustrado que foi, dominava a língua francesa,

muito útil para tais fins, independentemente de toda influência mercantilista inglesa adquirida enquanto viveu fora de Portugal. Confirmou-se, contudo, que a língua inglesa estava mais bem indicada ao caso das relações comerciais luso-britânicas. Tal fato pode ser claramente percebido quando o ensino da língua francesa foi sendo abandonado pelas Aulas diante do alargamento das relações com a Inglaterra, em virtude dos tratados que se foram estabelecendo.

Sobre as línguas estrangeiras que se estudaram em Portugal antes da língua inglesa, podem-se citar a língua francesa e a italiana, esta última justificada pela necessidade da leitura da vasta literatura de obras clássicas de contabilidade, uma vez que foram os italianos os responsáveis pela invenção do método de registro comercial conhecido como ‘partidas dobradas’, entrada e saída de mercadorias. Da exigência do domínio de elementos pertinentes à profissão mercantil como geografia, navegação e aritmética, por parte dos lentes responsáveis pelo ensino de língua estrangeira, pode-se depreender mais uma vez a intenção de dar aplicabilidade prática à língua nos conteúdos do restante das matérias estudadas nas Aulas.

Uma característica que parece passar despercebida pela literatura se refere ao papel dos Lentes na propagação da ideologia ilustrada. Ao observar rapidamente a relação entre lentes de perfil ilustrado, como João Henrique e Alberto Jacqueri, e o Estado português, pode-se perceber que a seleção dos mesmos, além de levar em conta a competência do conhecimento das matérias de ensino, buscava assegurar a transmissão e fossilização dos princípios econômicos e ideológicos responsáveis pela modernização da nação portuguesa. Para tanto, os lentes atuavam como “reprodutores de conhecimento e agentes de mudança social”, ao tempo em que multiplicavam outros indivíduos aptos a servirem de instrumentos do desenvolvimento ansiado (RODRIGUES, GOMES & CRAIG, 2009, p. 380).

AULAS DA ACADEMIA DA REAL MARINHA E COMÉRCIO DA CIDADE DO PORTO

Apesar de fora da capital portuguesa, outra representação significativa de desdobramentos das Aulas

de Comércio deu-se na cidade do Porto, a qual era um importante centro de negócios desde a alta idade média localizada na foz do rio Douro e apresentava um próspero comércio baseado principalmente no vinho. Diante das necessidades de aperfeiçoar o comércio desta notável cidade, a Junta da Administração da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro enviou a Sua Alteza Real uma petição contendo as necessidades concretas da burguesia mercantil local:

Havendo-se criado uma Aula de Nautica practica e outra de Desenho e Debuxo para se darem as suas lições no collegio ou Seminário dos meninos orfãos desta cidade se tem continuamente continuado o seu exercício. Mas, contribuindo elas muito para fazer um bom marinheiro não são as suas lições os conhecimentos suficientes que o constituam perfeito. [...] Por consequencia parece de indiscutivel precisão que se ajuntem a estas duas Aulas, uma de Matematica ou de Comercio e outras de Linguas vivas Francesa e Inglesa, como as mais frequentes e as mais universais para uso e tráfico do Comercio e da Navegação e ainda para a instrução da Agricultura cuja decadencia, fazendo o abatimento do mesmo Comercio e da Navegação, arruina o Estado (PORTUGAL *apud* SANTOS, 2006, p. 416).

Em atendimento a este pedido feito ao futuro D. João VI, foi criada através do Alvará de 9 de fevereiro de 1803 a Academia Real da Marinha e Comércio. A Aula de Náutica já havia sido criada pelos grandes comerciantes do Porto em 1762, porém fazia-se necessário preparar melhor os profissionais do quadro técnico da prática mercantil:

Seria muito Conforme aos Meus Paternaes sentimentos Permitir, e Ordenar, que na Cidade do Porto se erigissem Aulas de Mathematica, de Commercio, das Linguas Inglesa, e Franceza, assim como já se achavão creadas de Nautica, e Desenho; e que do resultado delias era bem evidente á utilidade, que

se tinha seguido ás Artes, e Ofícios, principalmente a Navegação, pelos Pilotos, que na sobredita Aula se formáráo (PORTUGAL, 1826, p. 148).

O texto do Alvará de criação justifica ainda a inclusão de aulas de línguas vivas nas Aulas de Comércio do Porto, diante do mais considerável comércio depois da capital. Nota-se o reconhecimento do desprovemento de Aulas que ensinassem línguas e o fundamental papel da língua estrangeira como auxiliar no comércio com os países do Norte:

Que sendo a Cidade do Porto a do mais considerável Commercio (depois da Capital), não havia modo estabelecido para as Pessoas, que se destinavão a esta Profissão, de adquirirem os indispensáveis Conhecimentos elementares, para a poderem exercer com perfeição, e vantagem do Estado: E que havendo muitas Obras escritas, da indispensável Instrução, nos Idiomas Inglez, e Francez, e a maior Navegação que fazem os Navios do Porto dáquella Cidade (á excepção do Brazil) se destina para os Paizes do Norte, e frequentemente para o Báltico, nos quaes he preciso entender as Linguas Vivas, pelo menos as duas referidas, precisando também os Comerciantes deste auxilio, para melhor fazerem a sua Correspondência Mercantil; não havendo até hoje na dita Cidade Estabelecimento algum, aonde se possam aprender as referidas Linguas (PORTUGAL, 1826, p. 148).

Informações colhidas em Oliveira (2006, p. 61-62) advertem que, na verdade, não há, nos Estatutos da Aula de Comércio do período joanino, quaisquer referências ao ensino de línguas estrangeiras. O Alvará em tela é finalmente um dos primeiros documentos oficiais a reconhecer e indicar com detalhes o ensino de línguas vivas, inclusive reconhecendo sua necessidade como instrumento de acesso para a compreensão de “muitas e importantes obras” sobre temas relevantes como matemática, comércio, agricultura e fábricas, as quais

se encontravam em Inglês e Francês. Percebe-se claramente, no discurso desse Alvará, a importância das línguas na construção do profissional idealizado nas primeiras referências ao “Perfeito Negociante”. Desse modo, os Estatutos da Academia da Real Marinha e Comércio da Cidade do Porto e a previsão de aulas das referidas línguas merecem especial atenção por parte deste estudo.

Apresentados juntamente com o Alvará de 29 de julho de 1803, que confirmou a criação dessas Aulas, os *Estatutos da Academia da Real Marinha, e Comercio da Cidade do Porto* estabeleceram diversos detalhes acerca do funcionamento das Aulas, a exemplo de duração, obrigações dos Lentes, requisitos para Lentes e Discípulos, matrículas, exames, entre outros. Dessa vez convém, contudo, fazer saber os parágrafos que se dedicam ao estabelecimento das aulas de línguas francesa e inglesa.

Os Estatutos próprios dessa Academia referentes às *Aulas das linguas Franceza, e Ingleza* apresentam cinco parágrafos que se iniciam no XXXIX§ e vão até o XLIII§, e dão pistas valiosas acerca do funcionamento, conteúdo e proceder das referidas aulas. No primeiro parágrafo encontra-se indicado de que forma os Lentes deveriam ministrar essas aulas. Como se vê a seguir, o método utilizado seria baseado na repetição de expressões, ditado, gramática e tradução:

XXXIX. Os Professores destas Aulas dictarão as suas lições pela Grammatica, que se achar mais bem conceituada, habilitando seus Discípulos na pronunção das expressões, e das vozes⁸ das suas respectivas línguas, adestrando-os nesta prática, e na da leitura, fazendo-lhes reconhecer no Author que seguirem, e nas traducções que fizerem os lugares, ou passagens, que mais vivamente deponhão do génio, e do character de cada huma delias; assim como do estilo, e gosto mais seguido, e depurado dos Authores dignos de se estudarem, cujos assumptos deverão ser aquelles, que mais possam contribuir para o perfeito conhecimento, e erudição adequada ás matérias que estudão.

Há aqui a sugestão para que os Lentes usassem a gramática “que se achar mais conceituada”. Verifica-se também o interesse em que os discípulos conhecessem o “genio”, o “character”, o “estilo” e “gosto” das línguas estrangeiras através da tradução de seus “Authores dignos de se estudarem”, contribuindo dessa maneira na erudição dos estudantes.

Além disso, o parágrafo XL indica que os discípulos deveriam praticar a tradução de textos relacionados ao saber mercantil e à pilotagem ou navegação. Entre as obras indicadas, deveriam estar as “Obras mais eruditas, e completas de Geografia, especialmente na parte que tiver de Hydrografica, e Mathematica” de autoria dos “mais distintos Authores”, bem como livros de história do ensino contábil e biografias dos autores que os escreveram. Aqui fica claramente denotada a utilidade da tradução das línguas estudadas:

XL. Convirá que os Discípulos, que se destinarem ao Commercio, traduzão Authores que tem escrito neste genero; os que se dirigirem á Pilotagem, as Obras mais eruditas, e completas de Geografia, especialmente na parte que tiver de Hydrografica, e Mathematica; e os que houverem de seguir, e cultivar as Sciencias Mathematicas por ellas mesmas deverão ler, e traduzir a historia desta Sciencia, e as vidas dos mais distintos Authores, que da mesma tem eruditamente escrito.

No título seguinte, sobre línguas estrangeiras, depreende-se uma intenção de voltar os olhos para a língua portuguesa conforme o projeto de nação pombalino, que guardava a língua nacional como uma das peças fundamentais no reforço do processo da identificação da nação portuguesa. Nesse trecho, recomenda-se que sejam feitas versões de obras de “Authores Clássicos” da “língua da Patria” para um outro idioma à escolha do estudante, para que lhe seja aperfeiçoado o “gosto e estilo mais depurado” através dos exercícios de versão.

Os demais parágrafos ocupam-se mais especificamente de aspectos logísticos da Aula. No XLII§ ficam estabelecidos a admissão dos praticantes, a divisão das

matérias, a forma de exames conforme o ordenado nos Estatutos da Aula de Comércio de Lisboa, com exceção da duração do Curso, que fica reduzido ao exercício letivo de dois anos, uma vez que os praticantes, para serem admitidos, deveriam apresentar certidões de sua aprovação no primeiro “anno na Aula do Geral de Mathematica”.

O derradeiro parágrafo (XLIII§) traz para o Lente a obrigação não somente de ministrar aulas das referidas línguas, como também de prover aos discípulos “noções mui distintas de Geografia na parte que tiver de histórica, e commercial; assim como da legislação respectiva a este objecto, e daquelles Reinos, ou Estados que tem maiores, e mais próximas relações com este Reino”, para o fim de conhecer melhor os parceiros econômicos geograficamente e evitar dúvidas durante a interpretação de suas leis por parte dos marinheiros e comerciantes portugueses.

Nos Estatutos supracitados, o ensino das línguas francesa e inglesa aparecem com maior destaque. Nesse trecho da legislação, podem-se abstrair informações relevantes sobre o método de ensino adotado, fundamentado principalmente na gramática e na tradução, com certa ênfase na pronúncia e na indicação de captar elementos de erudição das línguas estrangeiras. Todavia, a lei não perdia de vista a principal razão para a qual essas línguas eram estudadas no contexto da profunda relação entre o ensino de línguas e a instrução comercial.

PALAVRAS FINAIS

O caráter mercantilista do ideário pombalino esteve presente nas ações implementadas para reformar o Estado português, especialmente no tocante ao ensino. As Aulas de Comércio portuguesas são conhecidas até hoje como uma das primeiras iniciativas europeias de ensino profissionalizante e serviram de embrião para o incentivo do ensino de línguas estrangeiras em Portugal e seus domínios. Percebe-se claramente o ensino utilitarista da língua comprometido especialmente com o atendimento das necessidades da execução de tarefas inerentes à prática mercantil, a exemplo de tradução, leitura e produção de textos comerciais.

Ainda que o Inglês fosse visto apenas como ferramenta viabilizadora para atender à necessidade de execução de novas tarefas mercantis, a criação da Junta de Comércio para promover as Aulas de Comércio – como política protecionista dos monopólios que a Coroa procurava mobilizar –, contribuiu para a inclusão e ampliação das línguas inglesa e francesa como matérias a serem estudadas, e por conseguinte, como disciplinas escolares. Segundo Auroux (1992, p. 28), foi a partir da administração dos grandes Estados, da literarização dos idiomas e sua relação com a identidade nacional, da expansão colonial, do proselitismo religioso, das viagens, do comércio, dos contatos entre línguas, ou do desenvolvimento dos conhecimentos conexos com a medicina, a anatomia ou a psicologia, que os saberes linguísticos começaram a ser desenvolvidos.

NOTAS

- 1 Luiz Antonio Verney (1713-1792) foi um teólogo, escritor, professor, estrangeirado e filósofo *recentior* português que criticava os métodos jesuíticos de ensino. Assim, suas ideias foram apropriadas pelas reformas pombalinas como principal fundamentação teórica. O seu *O Verdadeiro Método de Estudar*, publicado em 1746 e reeditado em 1747, é composto de dezesseis cartas destinadas a um doutor de Coimbra, nas quais o autor, com o pseudônimo de Barbadinho da Congregação de Itália, apresentou orientações pedagógicas avançadas para a época, como por exemplo, a defesa do acesso da mulher à Educação (NASCIMENTO, 2010, p. 148). Cumpre destacar que a obra de Verney foi a expressão superlativa do movimento de ilustração não libertária observado em Portugal. Seus desdobramentos são observados em todos os campos em que a legislação pombalina da instrução pública incidiu mudando a fisionomia de um Portugal fragilizado (ARAÚJO, 1999, p. 68).
- 2 “As soon as he can speak English, ‘tis time for him to learn some other language” (texto original).
- 3 “requisite to trade and commerce, and the business of the world” (texto original).
- 4 “had destroyed Latin as the international lingua franca and helped to promote a rivalry between the national language of Europe” (texto original).
- 5 Chamou a atenção o uso do termo ‘correspondente’ nessa citação por trazer à memória a figura do intérprete, entretanto observou-se como definição de correspondente “O mercador, ou amigo, que faz na minha auzencia os meus negocios.” (BLUTEAU, 1712-1728, p. 569. Disponível em <<http://dicionarios.bbm.usp.br/en/dicionario/1/correspondente>>. Acessado em 31 de março de 2017). De todo modo, é preciso levar em conta que os intérpretes, ou línguas, como também eram conhecidos àquela época, desempenharam papel relevante durante as negociações entre portugueses e ingleses, tendo inclusive sua profissão sido juramentada para auxílio nas Praças do Comércio (OLIVEIRA, 2006, 294). Acredita-se que os intérpretes tenham sido ainda de grande valia para o carregamento de navios, como no des-

crito pela passagem extraída dos textos econômicos de Pombal em tela.

- 6 Lente é o mestre que procede aos ensinamentos comerciais, através da leitura. Segundo o terceiro parágrafo dos Estatutos da Aula de Comércio: “O lugar de Lente da Aula é de tão importante consideração pela utilidade, que dele deve resultar ao Bem comum destes Reinos, que, por si mesmo se faz recomendável para eleição de pessoa que bem o possa servir: e porque os nomeados para o referido emprego se devem supor de tal modo desembaraçados de outras dependências, que não tenham prejuízo em serem perpetuados nesse mesmo exercício, se lhes continuarão os Provimtos da Junta [...]” (PORTUGAL, 1835, p. 657).
- 7 Sobre este Lente, sabe-se que foi indicado para substituir João Henrique de Sousa, o qual tornou-se Erário Régio em 1762. Atuou como lente da Aula de Comércio de Lisboa entre 1º de julho de 1763 e natal de 1767. Mais informações são dadas por Martins (1960, p. 81), que diz que Jacqueri era “suíço, mas naturalizado português, calvinista, mas convertido à religião católica, auferindo pelo exercício de Lente da Aula 3.000 cruzados, tendo-lhe ainda sido concedido o Hábito de Cristo. Era especialista em matemática e ciências comerciais”.
- 8 De acordo com Oliveira (2006, p. 62), as “vozes”, na terminologia gramatical da época, eram representadas pelos artigos, nomes, verbo, partícipto, advérbio, preposição, conjunção e interjeição.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict R. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARAÚJO, Jorge de Souza. *Perfil do Leitor Colonial*. Ilhéus: Editora da UESC, 1999.
- AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.
- CHAVES, Cláudia. *Métodos e Práticas do ensino mercantil profissionalizante no império Luso-brasileiro (1788-1822)*. In: VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2006, Uberlândia. Anais do VI Congresso Luso-brasileiro de História da Educação, 2006. p. 4324-4334. Disponível em <<http://www.faced.ufu.br/columhe06/anais/arquivos/392ClaudiaMariaChaves.pdf>>. Acesso em: 15 de mar. 2017.
- HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. *O aparecimento da escola moderna: uma história ilustrada*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- HOWATT, A. P. R. *A History of English Language Teaching*. Oxford: Oxford University Press, 1984.
- LOCKE, John. *Some Thoughts Concerning Education*. London: J. and R. Tonson, 1779. Disponível em <http://books.google.com.br/books/about/Some_thoughts_concerning_education.html?id=7J0IAAAAQAAJ&redir_esc=y>. Acesso em: 28 de mar. 2017.
- MELO, Sebastião José de Carvalho e. *Escritos Econômicos de Londres (1741-1742)*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1986.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho. Duas Cartas de Luís Antonio Verney: o Verdadeiro Método de Estudar e a reforma pombalina. In: OLIVEIRA, Luiz Eduardo (org.). *A Legislação Pombalina sobre o Ensino de Línguas: suas implicações na educação brasileira (1757-1827)*. Maceió: EDUFAL, 2010.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo. As aulas de comércio e o ensino de inglês no Brasil (1809-1846). In: CRUZ, Maria Helena Santana (org.). *Múltiplos enfoques e espaços plurais da pesquisa no campo da educação*. São Cristóvão: EDUFS, 2008.

_____. *A Historiografia brasileira da literatura inglesa: uma história do ensino de inglês no Brasil (1809-1951)*. Campinas: 1999. Dissertação (Mestrado em Literatura) - Universidade Estadual de Campinas.

_____. *A instituição das línguas vivas no Brasil: o caso da Língua Inglesa (1809-1890)*. Tese de Doutorado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Histórica, Política, e Sociedade. São Paulo: 2006. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2255>. Acesso em: 26 de mar. 2017.

_____. (org.). *A Legislação Pombalina sobre o Ensino de Línguas: suas implicações na educação brasileira (1757-1827)*. Maceió: EDUFAL, 2010.

_____. *Gramatização e Escolarização: contribuições para uma história do ensino das línguas no Brasil (1757-1827)*. São Cristóvão: EDUFS, 2010.

RIBEIRO, José Silvestre. *Historia dos estabelecimentos scientificos, literarios e artisticos de Portugal nos sucessivos reinados da monarchia* (1872). Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, Tomo II, 1872.

_____. *Historia dos estabelecimentos scientificos, literarios e artisticos de Portugal nos sucessivos reinados da monarchia* (1874). Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, Tomo IV, 1874.

RICARDINO, Álvaro. *A metafísica da contabilidade comercial e a história das aulas de comércio*. Texto apresentado no 3.º Congresso USOP de Controladoria e Contabilidade, realizado nos dias 1 e 2 de outubro de 2003. Disponível em: <http://www.fuca-pe.br/_admin/upload/prod_cientifica/prod_2001-45metafisica.pdf>. Acesso em: 25 de ago. 2011.

ROCHA, Antonio Penalves (org.). *José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu (1756-1835)*. São Paulo: Ed. 34, 2001.

SANTANA, Francisco. A Aula do Comércio de Lisboa (1759-1844). *Lisboa-Revista Municipal*, separata dos nºs 15 (pp ...), 16 e 18 a 23, 1986. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/LisboaRevM/LisboaRevM.htm#FB>>. Acesso em: 28 de ago. 2011.

SANTOS, Candido dos. *O Porto e a instrução pública: a Academia Real da Marinha e Comércio (1803-1837)*. In Estudos em

Homenagem ao Professor Doutor José Marques, vol. I. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2006, pp. 415-427. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros>>. Acesso em: 1º de fev. 2012.

VERNEY, L. A. Verdadeiro Método de Estudar, vols. 1 & 2. Lisboa: Na Oficina de Antonio Balle, 1746. Disponível em: <<http://purl.pt/118>>. Acessado em 27 de março de 2012.

FONTES DE PESQUISA

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v. Disponível em: <<http://www.brasiliiana.usp.br/dicionario/edicao/1>>. Acesso em: 13 de mar. 2012.

PORTUGAL. *Collecção da Legislação Portuguesa desde a última compilação das ordenações oferecida a El Rei Nosso Senhor pelo Desembargador Antonio Delgado da Silva. Legislação de 1802 a 1810*. Lisboa: na Typ. Maignrense, 1830.

_____. *Estatuto da Aula de Comércio*, 1835. Disponível em: <www.infocontab.com.pt/historia/download/estatutosAula_Comercio_PT.pdf>. Acesso em: 26 de ago. 2011.

O AUTOR

Thadeu Vinícius Teles possui Graduação em Letras Inglês Licenciatura pela Universidade Federal de Sergipe (2007), Especialização em Metodologia do Ensino da Língua Inglesa (2008) e Mestrado em Letras pela Universidade Federal de Sergipe (2012). Atualmente é membro do Núcleo de Estudos de Cultura (NEC) liderado pelo Prof. Dr. Luiz Eduardo Oliveira, e concentra suas pesquisas em História do Ensino de Língua Inglesa, Linguística Histórica, Materiais Didáticos, Estudos Culturais e Ensino de Língua Inglesa. Encontra-se em doutoramento em Educação na Universidade Federal de Sergipe, onde também leciona como Professor Assistente I no Departamento de Secretariado Executivo Bilingue. Além de ter atuado como Professor de Letras Inglês Licenciatura no Ensino a Distância (EAD) da Universidade Federal de Alagoas.